



ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
DO DISTRITO DA GUARDA

**RELATÓRIO E
CONTAS**

2007

INDÍCE

01 ESTRUTURA ASSOCIATIVA	2
01.01 ÓRGÃOS SOCIAIS	2
01.02 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	5
02 MENSAGEM DO PRESIDENTE	8
03 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
04 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	12
05 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO PORTUGUÊS PARA 2007	13
06 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	16
07 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	19
08 PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2008	22
09 CONTAS DO EXERCÍCIO	24

01 ESTRUTURA ASSOCIATIVA

ACG - ASSOCIAÇÃO DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DA GUARDA

01.01 ÓRGÃOS SOCIAIS

▪ Assembleia Geral

Presidente	Artur de Aguiar Seguro Pereira R J S - Serviços Empresariais, Lda.
Vice-Presidente	António José Madeira Amaro REAL-Real Eólica de Almeida, Lda.
Vice-Presidente	Angela Maria Guerra Alípio Joaquim Guerra Martinho
Secretário	Ana Cristina de Paiva Matias Esteves Correia Animalvet Assistência Veterinária, Lda.
Secretário	Maria Manuela Barros Almeida Predial das Termas, Lda.
Suplente	Paulo Jorge Pinto da Silva Patrocínio Patrocínio & Irmão, Lda.
Suplente	Luís Miguel Pina Ferreira Luís Miguel Pina Ferreira "Conselheiro Bar"
Suplente	Cidália Jorge Vicente Abrunhosa Cidália Jorge Vicente Abrunhosa

▪ **Conselho Fiscal**

Presidente	Dr. Luís Gonzaga Rita dos Santos Matos & Pereira, Lda.
Relator	Carlos Manuel Freire Ribeiro Carlos Mário Quadrado da Silva
Vogal	Vitor José Andrade Inácio Contacto - Representação e Comércio de Bebidas, Lda.
Suplente	Daniel Filipe Macena Maria de Lurdes Carrapatoso Macena
Suplente	Carlos Manuel Figueiredo Viegas Carlos Manuel Figueiredo Viegas
Suplente	Pedro Miguel Duarte Seco Manuel Alberto Marques Simões

▪ **Direcção**

Presidente	Paulo Sérgio Diogo Manuel Prodigital, Lda.
Vice-Presidente	Luís Martinho Caldeira Ornelas Egipoc, Lda.
Vice-Presidente	Nelson José Amaral Costa Costa & Filhos, Prod. Alimentares, Lda.

Secretário	João Salgado Ramos SC Informática, Lda.
Tesoureiro	Vitor Manuel Sobreira Nunes Auto-Jardim, Lda.
Vogal	Francisco José Azevedo Marques Ambibeiras, Lda.
Vogal	António José de Andrade Baptista Hotel Mira Serra (Celoritel, Lda.)
D. Alargada	Carlos Alberto Antunes Nabais Bar Fora de Horas- Forabar bar, Lda.
D. Alargada	Artur Aires Pereira de Matos P& B - Publicidade e Artes Gráficas, Lda.
D. Alargada	Nuno Miguel Saraiva Martins FCS, Figueira Contabilidade e Serviços, Lda.
D. Alargada	Miguel António Almeida Proença Rodrigues Lacticínios Progresso do Mileu, Lda.
D. Alargada	Miguel Franco Alves Curpel - Curtumes e Peleterias, Lda.
D. Alargada	Joaquim Nabais Joaquim Nabais

01.02 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

▪ Delegações/ Responsável

Figueira de Castelo Rodrigo Nuno Martins

Sabugal Carlos Nabais

Pinhel Artur Matos

Celorico da Beira António José Baptista

▪ Escolas Profissionais

ESCOLAGEST Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas

ENSIGUARDA Escola Profissional da Guarda

▪ Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial, PLIE

▪ Agências de Promoção

Agência para a Promoção de Almeida

Agência para a Promoção de Fornos de Algodres

Agência para a Promoção da Guarda

Agência para a Promoção de Manteigas

▪ Confederação do Comércio e Indústria do Centro (CEC)

ACG - Vice-Presidência

- **Organização Supranacional do Eixo Atlântico para as PME's (OSPEA)**

ACG - Vice-Presidência

- **Pró-Raia**

ACG - Direcção

- **Delegação Distrital da Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE)**

Definido por Protocolo entre ACG e ANJE.

- **Associação Portuguesa de Gestão de Centros Urbanos (AGETURB)**

Definido por Protocolo entre ACG e AGETURB – Vice-Presidência

- **Câmara Municipal de Almeida**

Protocolo FINICIA

Parceria Agência de Promoção

- **Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo**

Protocolo MODCOM

Protocolo FINICIA

- **Câmara Municipal de Fornos de Algodres**

Parceria Agência de Promoção

- **Câmara Municipal da Guarda**

Parceria Agência de Promoção

- **Câmara Municipal de Manteigas**

Protocolo FINICIA

Parceria Agência de Promoção

- **Câmara Municipal do Sabugal**

Protocolo MODCOM

- **Câmara Municipal de Pinhel**

Protocolo MODCOM

- **Associação Portuguesa de Gestão de Centros Urbanos (AGETURB)**

- **Confederação do Comércio e Indústria de Portugal (CCP)**

- **Centro de Novas Oportunidades da Escola Secundária de Afonso de Albuquerque**

Protocolo ACG – Centro de Novas Oportunidades (CNO)

- **Centro de Formação Assistência e Desenvolvimento**

Protocolo ACG – Centro de Novas Oportunidades (CNO)

02 MENSAGEM DO PRESIDENTE

Após quase um ano de actividade à frente dos destinos da Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda, ACG, sinto-me na obrigação de partilhar convosco algumas reflexões sobre a nossa realidade.

Numa Associação que passou por grandes dificuldades económicas e financeiras estamos a consolidar financeiramente este projecto, depois de um ano muito difícil por estarmos perante a transição do Quadro Comunitário de Apoio para o Quadro de Referência Estratégico Nacional, QREN, estamos conscientes que os momentos mais difíceis deste mandato já estão ultrapassados.

Este primeiro ano foi um ano importante para “arrumar a casa”, para reposicionar a ACG perante os objectivos que nos propusemos atingir no nosso programa eleitoral.

Assim, não só desenvolvemos muitas iniciativas junto dos empresários de todo o Distrito da Guarda, como também nos preparámos para aproveitar todas as oportunidades que se nos oferecem no âmbito do QREN. Desta forma, estes e os próximos meses serão decisivos para desenvolvermos um vasto conjunto de projectos que respondam às necessidades dos nossos associados.

Temos tentado lutar contra o discurso negativo que se instalou nestas terras do interior e, sabendo das dificuldades acrescidas de quem investe aqui, estamos cientes que tivemos tempos muito difíceis, em especial para o sector do Comércio que, confrontado com a excessiva oferta que se multiplica diariamente pelos sucessivos projectos imobiliários dos grandes Centros Comerciais, nos obrigam a uma grande reflexão sobre quais os sectores de actividade que os nossos empresários deverão apostar. Sabemos que alguns nichos do sector do Comércio são apetecíveis, mas são sobretudo os sectores dos Serviços e Turismo aqueles onde residem as maiores oportunidades.

O futuro depende de nós!

03 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

Uma Associação mais Distrital

O ano de 2007 ficou marcado pelo assumir de uma relação de maior proximidade com os Associados através da realização de várias reuniões sectoriais e concelhias, permitindo um esclarecimento efectivo em áreas específicas.

Igualmente foram desenvolvidas acções de animação de rua em oito concelhos do Distrito da Guarda; foram desenvolvidas acções de formação por quatro outros concelhos, tendo tido a participação de formandos de todo o Distrito.

▪ Sessões de esclarecimento

- Reuniões Sectoriais (Restauração e cafetaria, panificação e outras)

- Reuniões Concelhias

- Reuniões Temáticas

▪ Acções de Animação

- Campanha de Natal 2007
 - Almeida
 - Celorico da Beira
 - Figueira de Castelo Rodrigo
 - Fornos de Algodres
 - Guarda
 - Manteigas
 - Pinhel
 - Sabugal

- Colaboração nas Festas do Bacalhau em Almeida

- Colaboração em Feiras nos concelhos de Manteigas e de Fornos de Algodres

▪ **Empreendedorismo**

- Delegação distrital da ANJE:

Através da parceria com a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE) realizaram-se dezenas de atendimentos a jovens empresários.

- Participação em conferências

- Apresentações em escolas

- Gabinete de Apoio aos Novos Empresários do Comércio (GANEC):

Foi criado em 2007 com vista ao aconselhamento, formação, apoio especializado e informação (em parceria com a CCP e a DGAE), para o qual contamos com uma vasta equipa de formadores e consultores especializados, ajustados às necessidades de cada jovem empresário.

▪ **Formação**

- Programa Rede

Subordinadas às orientações estratégicas fixadas superiormente, designadamente no que respeita ao reforço da competitividade das empresas, ao desenvolvimento da formação e qualificação profissional dos activos tendo em vista a elevação dos níveis e da qualidade do emprego, estas acções de consultoria/formação são sustentadas num modelo integrado de intervenção, adaptado ao contexto específico de cada empresa.

- Projectos Autónomos de Formação Profissional:

Durante o ano de 2007 foram desenvolvidas várias acções de formação, em vários concelhos do Distrito da Guarda, no âmbito da Medida 4, Acção 4.1 – Projectos Autónomos de Formação Profissional (PRIME), entre as quais se destacam o atendimento, o vitrinismo, a higiene e segurança, a segurança alimentar e a informática.

- TOURSegur – Segurança Alimentar no Turismo:

Com a participação de formandos de vários concelhos do Distrito da Guarda, a ACG em Parceria com o GPF – Gabinete de Coordenação de Parcerias e Formação Profissional – desenvolveu o Programa TOURSegur, centrado na segurança alimentar.

- Curso EFA Logística equivalência ao 9.º ano:

Ao longo de 2007 esteve a ser desenvolvido o curso EFA de Logística, em parceria com o Instituto Sócio Cultural do Comércio (ISCC), que tem em vista formar jovens com competências necessárias ao sector da logística.

04 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Direcção propõe aos Senhores Associados que os resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, no montante de 6.680,30 Euros (seis mil seiscientos e oitenta Euros e trinta cêntimos), sejam levados à conta de Resultados Transitados.

Guarda, 24 de Março de 2008

A Direcção

05 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO PORTUGUÊS PARA 2007

A economia portuguesa encontra-se actualmente numa fase de crescimento, ainda que este se processe a um ritmo moderado e insuficiente para permitir reduzir o hiato de divergência face ao padrão médio de rendimento da União Europeia. As perspectivas de crescimento económico para 2007 e 2008 permanecem positivas embora limitadas pelos potenciais riscos descendentes decorrentes da actual incerteza quanto à evolução da situação financeira internacional e seus impactos na economia real, principalmente da União Europeia.

Portugal procedeu a reformas estruturais na Administração Pública, na Segurança Social, na Saúde, na Educação e Formação, na simplificação administrativa e tributária. Os progressos alcançados nestes domínios têm sido reconhecidos pelas instituições internacionais como um caso de sucesso. Exemplo disso é a apreciação do FMI que diz que Portugal realizou progressos assinaláveis no domínio da consolidação orçamental, assinalando-se a importância da melhoria da situação orçamental ter sido motivada sobretudo pela redução da despesa primária.

Após um período de fraco crescimento económico, iniciado na 2.^a metade de 2002 até à 1.^a metade de 2006, a economia portuguesa dá sinais de crescente dinamismo, tendo o ritmo de crescimento do PIB acelerado nos 3 primeiros trimestres de 2007.

A aceleração da actividade económica foi impulsionada pela expansão das exportações em 2006 e que se prolongou no 1.^o semestre de 2007. Quanto ao investimento empresarial, este melhorou, mas no conjunto, a procura interna registou, desde a 2.^a metade de 2005 um crescimento muito modesto reflectindo, principalmente, a moderação do consumo privado, a queda do investimento em construção e a diminuição do consumo público.

Nos últimos anos o diferencial de produtividade do trabalho de Portugal face à UE27 aumentou, sendo que, em 2006, o nível de produtividade em Portugal representava um

pouco mais de metade da média europeia. A baixa dotação de capital humano, a fraca concorrência nas indústrias de rede e no sector dos serviços, são apontadas como algumas das debilidades de carácter estrutural que têm limitado o crescimento da produtividade na economia portuguesa.

O modesto crescimento económico dos últimos anos está associado, por um lado, a choques externos negativos (choque petrolífero e aumento da concorrência internacional) e por outro lado, ao processo de correcção dos desequilíbrios macroeconómicos, em particular das contas externas públicas, que se acentuaram a partir da década de 90 e que se traduziu numa forte moderação da procura interna, em particular do investimento, público e privado.

Com efeito o investimento (FBCF) apresentou no período 2004-2006, e ao contrário dos episódios anteriores, um contributo negativo para o crescimento real do PIB, determinado em grande medida pela componente construção que, por sua vez, reflecte, principalmente, a redução do investimento público.

Por sua vez, num contexto de crescente melhoria do clima de confiança industrial e elevado dinamismo das exportações, o investimento empresarial tem vindo a registar uma melhoria progressiva ao longo de 2006 e 2007, perspectivando-se a continuação de uma tendência positiva em 2008.

A recuperação mais demorada do investimento na actual fase ascendente do ciclo económico deverá traduzir-se, no curto prazo, na manutenção da taxa de desemprego num nível elevado.

Por sua vez, o emprego evoluiu em consonância com a actividade económica, reagindo rapidamente à desaceleração económica. Na actual fase ascendente denota-se, no entanto, uma ligeira diminuição da elasticidade aparente do emprego face ao crescimento económico.

O forte aumento das exportações destinadas a economias emergentes com elevado crescimento económico evidencia que as empresas exportadoras portuguesas estão a conseguir beneficiar das oportunidades de negócio abertas pela globalização.

Por outro lado, nos últimos anos tem prosseguido a reorientação no padrão de especialização da estrutura exportadora, com gradual perda de peso dos sectores de baixa intensidade tecnológica. Inversamente, neste período, o peso dos produtos de média intensidade tecnológica aumentou.

O bom desempenho das exportações contrasta com a evolução relativamente desfavorável da competitividade da economia portuguesa. A par de uma modesta evolução da produtividade, tem-se verificado um crescimento das remunerações nominais por trabalhador acima da média da área do euro e, conseqüentemente, uma aceleração dos custos unitários do trabalho por unidade produzida relativamente aquela zona sugerindo novas perdas de competitividade face ao exterior.

A evolução desfavorável da competitividade evidencia a necessidade de prosseguir o esforço de modernização da economia portuguesa. A continuação do processo de modernização da Administração Pública, políticas que favoreçam aumentos de produtividade, melhoria da qualificação da mão-de-obra, bem como continuação da moderação salarial são indispensáveis para atingir esse objectivo.

06 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2007, apesar do valor apurado como resultado líquido ser inferior ao do exercício económico de 2006, denotam uma melhoria visível dos seus resultados de exploração.

Para o efeito tiveram contribuição decisiva o acréscimo obtido na globalidade das suas Vendas e Prestação de Serviços, bem como dos Subsídios à Exploração e dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais.

Se procedermos então, à avaliação das principais rubricas de custos e proveitos que constituem a Demonstração de Resultados, poderemos retirar algumas ilações mais concretas, sobre o desenvolvimento da exploração da ACG em 2007.

De facto, se centrarmos a análise ao nível das rubricas de Custos e Perdas, constata-se um decréscimo de assinalar ao nível dos Fornecimentos e Serviços Externos, que passaram de 48.894,69 Euros em 2006 para 41.913,60 Euros em 2007, correspondente a aproximadamente -15%.

Igualmente apresentando um decréscimo, também significativo, surge-nos a rubrica de Custos e Perdas Extraordinários, que passou de 52.127,85 Euros em 2006 para apenas 14.634,18 Euros em 2007, decrescendo cerca de -72%, bem como a rubrica das Amortizações que passou de 46.082,16 Euros em 2006 para 24.099,37 Euros em 2007, tendo uma evolução de cerca -48%.

Contrapondo-se a estes factos, a rubrica de Custos com Pessoal, sofreu um acréscimo de cerca 12%, tendo passado de 57.665,55 Euros em 2006 para 65.462,30 Euros em 2007, por força da admissão de novos técnicos para os quadros da Associação, suprindo-se a lacuna da manifesta falta de pessoal, pois na maior parte do ano de 2006 a ACG funcionou apenas com três colaboradores.

Representando acréscimos da estrutura de custos da ACG, considerados como relevantes, surgem-nos as rubricas de Custos Financeiros e Impostos, a saber: a rubrica de custos financeiros sofreu um acréscimo de cerca de 81%, passando de 61.229,14 Euros em 2006 para 111.033,43 Euros em 2007, devido ao efeito de bola de neve acumulado resultante de uma estrutura de financiamento muito pesada e totalmente desequilibrada e do assumir de novas responsabilidades resultantes na íntegra de exercícios anteriores, ao nível da rubrica de impostos, sofreu um acréscimo de 278% passando de 3.085,95 Euros em 2006 para 8.581,86 Euros em 2007, apresentando-se os mesmos factos como justificação.

Igualmente sofreu um ligeiro acréscimo de cerca de +1%, e salientamos ligeiro em virtude de não acompanhar proporcionalmente a evolução do nível da actividade da ACG ocorrido em 2007, surge a rubrica de Outros Custos Operacionais, que passou de 307.987,62 Euros em 2006 para 311.119,06 Euros.

No lado das rubricas de Proveitos e Ganhos salienta-se o acréscimo, bastante significativo face à realidade vivida pela quase generalidade das estruturas associativas, ao nível da globalidade das Vendas e Prestações de Serviços efectuadas pela ACG, que na sua globalidade passaram de 154,665,00 Euros para 228.222,53 Euros de 2006 para 2007 (+48%), como reflexo do reforço, já salientado, do nível de actividade da ACG em 2007 face ao exercício transacto.

Também de salientar como um dado positivo surgem as rubricas de Subsídios à Exploração e dos Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, que na sua globalidade cresceram cerca de +8%, passando de 317.962,85 Euros em 2006 para os apresentados 346.539,05 Euros.

Finalmente, surge a rubrica de Proveitos e Ganhos Extraordinários, que por si só justifica o facto descrito de se ter apurado em 2007 um Resultado Líquido do Exercício inferior ao de 2006 (+35.603,68 Euros em 2006 e +6.680,30 Euros em 2007) e, mesmo assim considerar-se que houve uma melhoria significativa da exploração da ACG.

De facto esta rubrica, que por força essencialmente da anulação de dívidas antigas em 2006, apresentou um valor de 163.618,28 Euros decresceu significativamente (-85%), passando em 2007 para 24.688,91 Euros.

De uma forma muito genérica e em jeito de síntese, poderemos concluir pela existência neste exercício económico de um controlo extremamente rigoroso ao nível da gestão e de uma estratégia de actuação pautada por critérios objectivos de cortes significativos em algumas despesas, correntes e não correntes, definindo-se prioridades ao nível daquilo que são as principais actividades desenvolvidas e a desenvolver para o futuro, que contribuíram para a obtenção destes resultados, de uma forma objectiva totalmente positivos, num exercício económico em que continuou a prevalecer uma conjuntura muito desfavorável ao desempenho da actividade da ACG, motivado essencialmente pelo fim do anterior quadro comunitário de apoio e a entrada de um novo.

Em termos económico-financeiros, se analisarmos as grandes rubricas do Balanço e efectuarmos o cálculo dos principais indicadores, poderemos concluir que a situação apresentada é mais equilibrada que em exercícios anteriores, apesar de se constatar a existência de uma extrema falta de liquidez com reflexos óbvios na sua tesouraria, o que só poderá ser ultrapassado pela renegociação do seu passivo, de curto para médio/longo prazo reduzindo-se o nível bastante pesado de encargos financeiros, facto que irá ter reflexos imediatos ao nível da solvabilidade dos compromissos assumidos pela ACG perante terceiros, quer sejam de natureza financeira, quer sejam junto dos seus fornecedores.

Todos estes factos podem ser indiciadores da viabilidade futura da ACG, mantendo-se e reforçando-se práticas de uma política de gestão rigorosa aplicada neste exercício económico, e continuando-se a esperar da parte de todos os seus associados a solidariedade e apoio para com as medidas já implementadas pela sua Direcção, bem como dos responsáveis políticos locais e nacionais, no âmbito de uma profunda reestruturação a efectivar ao nível da sustentabilidade futura das associações comerciais e industriais.

07 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exercício de 2007

Nos termos dos estatutos ao Conselho Fiscal da Associação do Comércio e Serviços do Distrito da Guarda compete emitir parecer sobre as contas do exercício de 2007 com vista à sua apresentação junto dos seus associados.

Âmbito do trabalho realizado:

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal procedeu à análise da actividade de Associação ao longo do exercício de 2007. A análise efectuada teve por base as informações pontuais da Direcção, quanto às suas decisões e à execução do Plano de Actividades. O relatório elaborado resultou da apreciação das peças contabilísticas do exercício (Balanço e Demonstração de Resultados) que foram enviadas.

Durante o exercício de 2007, procedeu-se à análise da actividade e ao exame periódico das suas contas, mediante a verificação dos seus movimentos contabilísticos e documentos de suporte, tendo-se concluído que cumprem as normas contabilísticas oficialmente aceites. Esta análise foi realizada com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do trabalho efectuado, emitimos as nossas opiniões:

1- Trabalhos desenvolvidos

1.1- Acompanhamento da actividade

Mantivemos um acompanhamento regular do desenvolvimento das diferentes actividades previstas para o exercício.

Não foram solicitados esclarecimentos junto dos serviços administrativos e contabilísticos, nem se procedeu à consulta da documentação relevante em virtude de não se terem levantado duvidas.

Analisámos a contabilidade histórica dos últimos exercícios com base nos suportes contabilísticos remetidos, e assente nos mesmos, foi possível formar uma opinião sobre a evolução registada.

1.2- Procedimentos de acção de fiscalização

1.2.1- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Associação.

1.2.2- Verificação da Conformidade das Demonstrações Financeiras que compreendem o Balanço e as Demonstrações de Resultados com as normas legais em vigor e com os registos contabilísticos que lhe serviram de suporte.

1.2.3- Análise da informação financeira divulgada.

1.2.4- Análise do cumprimento das obrigações fiscais.

1.2.5- Verificação do cumprimento das obrigações legais e estatutárias.

2- Breves Inferências.

2.1- O Balanço em 31/12/2007 evidência um valor de 1.914.060,12 Euros. Um capital próprio de 257.765,03 Euros e um resultado liquido de exercício de 6.680,30 Euros.

2.2- A variação positiva do Activo de 575.098,37 Euros foi acompanhada pela variação positiva do Passivo em 568.418,07 Euros e variação do capital próprio de 6.680,30 Euros.

2.3- O aumento do Passivo deveu-se basicamente ao aumento dos empréstimos bancários, ao aumento de outros credores (consultores) e ao aumento dos Proveitos diferidos (Subsídios ao Investimento e outros).

2.4- O aumento do Activo deveu-se a outros devedores (IEFP, IAPMEI e PRIME).

2.5- O valor contabilístico do Imobilizado Corpóreo encontra-se aquém do seu valor real ou de mercado, designadamente o valor da conta Edifícios e outras construções.

2.6- As dívidas da Associação à Fazenda Nacional e Segurança Social encontram-se normalizadas.

2.7- Constata-se que nos custos financeiros da ACG houve um aumento muito significativo devendo-se este a uma estrutura de financiamento muito pesada e totalmente desequilibrada onde os encargos com letras ascendem a 78.600,20 Euros (Descontos de Títulos).

3- Conclusões

- Consideramos que a Direcção da Associação esteve atenta e interveniente nos mais diversos processos de despesa dos superiores interesses da Associação e seus associados.
- Consideramos que, apesar das dificuldades que teve de suportar ao longo do exercício e dos constrangimentos financeiros que estão evidenciados nas contas, foi possível executar o plano na maioria dos seus objectivos.
- Não tomamos conhecimento de factos ou situações relevantes que desmereçam o trabalho realizado pela Direcção.
- Com excepção das inferências antes apresentadas, não materialmente relevantes, é nossa convicção que as demonstrações financeiras relativas ao ano de 2007, traduzem de forma verdadeira e apropriada a situação financeira da Associação e os resultados das suas operações.

O Conselho Fiscal, considerando o exposto, no cumprimento das suas atribuições estatutárias é de parecer que:

- 1 – Sejam aprovadas as contas do exercício de 2007.

Guarda, 24 de Março de 2008

O Conselho Fiscal

08 PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2008

Durante o presente ano pretendemos desenvolver um vasto conjunto de actividades, as quais, em boa medida, dependerão da aprovação de projectos a submeter ao QREN. Assim, será de destacar, em particular, a grande aposta que haverá na área das qualificações com o desenvolvimento de acções de formação para activos e desempregados, por todo o Distrito da Guarda. Dado que o Governo português elegeu a aposta nas qualificações como um grande desígnio nacional, cabe-nos a nós, no Distrito da Guarda, assumir as nossas responsabilidades nesta matéria.

Outra aposta importante a fazer será na prestação de serviços aos nossos associados através do Gabinete de Empresa (GE), com uma vocação cada vez mais transversal nos sectores do Comércio, Serviços e Turismo.

Durante o presente ano iremos fazer uma grande aposta na comunicação com os nossos Associados, tanto através do Jornal do Comércio, como também uma aposta muito significativa na Internet, onde se incluirá uma *newsletter*.

Pretendemos desenvolver vários estudos de mercado que respondam às necessidades de informação dos nossos empresários e dos decisores políticos, reforçando assim a intervenção da ACG de uma forma séria e responsável.

Pretendemos reforçar a nossa participação em Associações Regionais, Nacionais e Transnacionais, conseguindo, deste modo, um reforço importante dos ganhos de integração em redes de valor.

Reestruturação do passivo da ACG. Pretendemos assegurar novos meios de financiamento a médio/longo prazo, de modo a reduzirmos os encargos financeiros actuais. Igualmente ambicionamos conseguir no ano de 2008 resultados económico-financeiros que contribuam para uma maior solidez orçamental da ACG.

Dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelas Agências de Promoção no reforço da promoção do comércio de rua.

Finalmente, desenvolver actividades de apoio ao sector do Turismo, alterando também a designação social da ACG.

09 CONTAS DO EXERCÍCIO